

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.522.518 - MS (2019/0170588-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : OI S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
**ADVOGADOS** : CARLOS ALBERTO DE JESUS MARQUES E OUTRO(S) - MS004862  
HADNA JESARELLA RODRIGUES ORENHA - MS010526  
ALESSANDRA ARCE FRETES - MS015711  
DIOGO AQUINO PARANHOS - MS012675  
**AGRAVADO** : LUIZ CARLOS MONTAGNER JUNIOR  
**ADVOGADOS** : KATIUSCIA DA FONSECA LINDARTEVIZE E OUTRO(S) - MS014649  
JONHY LINDARTEVIZE - MS017520

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial, interposto pela OI S/A, em recuperação judicial, fundado no art. 105, III, alínea "a" da Constituição Federal, em face de acórdão proferido pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, assim ementado (fls. 163/164):

*AGRAVO DE INSTRUMENTO - CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA - QUESTÃO DE ORDEM - CUMULAÇÃO INDEVIDA DE EXECUÇÕES - EXTINÇÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA POR QUANTIA CERTA - AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR POR INADEQUAÇÃO - PROSSEGUIMENTO DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA PARA ENTREGA DE COISA - RETOMADA DA EXECUÇÃO - PERÍCIA CONTÁBIL - AFASTADA - CRÉDITO CONCURSAL - OBRIGAÇÃO CONSTITUÍDA ANTES DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL - NATUREZA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - FALTA DE INTERESSE RECURSAL - RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.*

- 1. Ao contrário do que defende a agravada, há manifestação judicial em primeira instância a respeito da conversão em perdas e danos, inclusive com determinação de perícia e indicação dos critérios a serem adotados pelo perito para indenização respectiva.*
- 2. Arguida e acolhida de ofício preliminar de carência a ação por falta de interesse de agir, ante a inadequação da via eleita por cumulação de execuções diferentes, declarando extinto o processo em relação ao pedido de pagar quantia, devendo prosseguir tão somente quanto ao pedido de entrega de coisa (ações).*
- 3. Há que se afastar a designação de perícia contábil, mantendo os*

*cálculos iniciais, por óbvio, com a exclusão dos dividendos.*

*4. Para a conversão em perdas e danos, impõe-se que previamente se verifique o inadimplemento ou impossibilidade de cumprimento da obrigação específica, bem como o requerimento do credor, o que não se verifica na hipótese, ficando afastada a designação de perícia contábil determinada com este mister.*

*5. Ao contrário do defendido pela parte agravante, em relação à Recuperação Judicial o marco divisório entre os créditos concursais e extraconcursais será sempre o momento (fato gerador) em que a obrigação respectiva foi constituída, não se exigindo título judicial com trânsito em julgado e muito menos sua liquidez.*

*6. Daí que, na hipótese, a constituição da obrigação se deu com a sentença proferida na Ação Civil Pública Coletiva, feito nº 0019016-35.1997.8.12.0001, datada de 20/09/2001, que assegurou a todos os participantes do plano de expansão de telefonia que não possuíam ações o direito a receberem suas quotas proporcionalmente ao valor pago.*

*7. Logo, como no caso em tela o pedido refere-se ao Cumprimento de Sentença da Ação Coletiva, o crédito cobrado está sujeito à recuperação judicial (concursal), vez que já existia quando do processamento da recuperação judicial em 20/06/2016.*

*8. Em relação aos honorários advocatícios, verifico que o juízo a quo nada consignou a respeito na decisão agravada, razão pela qual a questão não será apreciada, ante a falta de interesse recursal, sob pena de julgamento per saltum.*

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados o da parte recorrente e acolhidos os da parte adversa (fls. 217/224).

Nas razões do recurso especial, a agravante alega violação aos arts. 502 e 506 do CPC/15. Para tanto, sustenta, em síntese, que *"a conversão das ações em perdas e danos deve ser feita utilizando-se o trânsito em julgado da ação de conhecimento, não data posterior diversa, vez que tal conduta fere os limites da coisa julgada"* (fl. 561).

É o relatório.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

No tocante ao cálculo da conversão dos dividendos, a Corte de origem

consignou que estes devem ser pagos até a data da efetiva entrega das ações ou sua liquidação, conforme se demonstra com o trecho dos aclaratórios a seguir (fls. 193/194):

*Com efeito e em conformidade com o dispositivo do título executivo, a condenação imposta à agravada abrange (1) retribuição em ações da TELEBRAS correspondente à participação financeira dos assinantes, bem como (2) aos dividendos dessas ações desde a data em que deveria ter ocorrido a retribuição, qual seja 24 de dezembro de 1996.*

*Daí que, se os dividendos são uma parcela do lucro apurado por uma sociedade anônima, distribuída aos acionistas por ocasião do encerramento do exercício social (art. 202, da Lei 6.404/76), **forçoso concluir que serão devidos enquanto o acionista permanecer nesta condição, ou seja, enquanto possuir ações.***

*O título executivo reconheceu o direito do recorrente ao recebimento de ações e ao pagamento de indenização pelos respectivos dividendos (a que teria direito o assinante caso a concessionária tivesse cumprido a obrigação imposta na sentença), como se acionista fosse, desde 24 de dezembro de 1996.*

*De forma que somente depois do efetivo cumprimento da obrigação e entrega as ações ou sua liquidação, não será mais devida indenização correspondente aos dividendos. Neste momento, o assinante fará jus aos próprios dividendos por ser acionista, não mais à indenização.*

*Essa orientação consta do título executivo e não pode ser alterada em virtude dos efeitos da coisa julgada.*

***Dessarte, são devidos dividendos até a data da efetiva entrega das ações ou sua liquidação (hipótese de eventual conversão da obrigação de fazer em perdas e danos).***

***Consequentemente, há que ser reformada a decisão recorrida, ao menos em parte, para o fim de alterar os parâmetros elencados pelo Juízo no item "h" (f. 433).***

*(...)*

*Ante o exposto, conheço e acolho os presentes embargos de declaração, com efeitos infringentes. para afastar a equivocada premissa adotada no acórdão embargado, e em reapreciando novamente o agravo de instrumento, conforme a fase adequada, dar-lhe parcial provimento para reformar a decisão agravada de modo a afastar nova apuração do número de ações para fins de cálculo do valor devido, devendo ser adotada a quantidade indicada na exordial e estabelecer **que são devidos dividendos até a data da efetiva entrega das ações ou sua liquidação, modificando os parâmetros de cálculo adotados pelo juízo a quo, na forma constante da fundamentação.***

Quanto ao tema, a Segunda Seção do STJ, no julgamento do Recurso Especial repetitivo 1.301.989/RS (Relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe de 19.3.2014), firmou entendimento de que o termo final é a data da conversão das ações em pecúnia, isto é, a data do trânsito em julgado da ação de conhecimento, momento em que a parte autora deixa de ser detentora do direito a ações para ser credora de indenização. A propósito, transcrevo a ementa do referido julgado:

**"RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. BRASIL TELECOM S/A. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. CESSÃO DE DIREITOS. LEGITIMIDADE ATIVA DO CESSIONÁRIO. COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. CONVERSÃO DA OBRIGAÇÃO EM PERDAS E DANOS. CRITÉRIOS. COISA JULGADA. RESSALVA.**

**1. Para fins do art. 543-C do CPC: 1.1. O cessionário de contrato de participação financeira tem legitimidade para ajuizar ação de complementação de ações somente na hipótese em que o instrumento de cessão lhe conferir, expressa ou tacitamente, o direito à subscrição de ações, conforme apurado nas instâncias ordinárias.**

**1.2. Converte-se a obrigação de subscrever ações em perdas e danos multiplicando-se o número de ações devidas pela cotação destas no fechamento do pregão da Bolsa de Valores no dia do trânsito em julgado da ação de complementação de ações, com juros de mora desde a citação.**

**1.3. Os dividendos são devidos durante todo o período em que o consumidor integrou ou deveria ter integrado os quadros societários.**

**1.3.1. Sobre o valor dos dividendos não pagos, incide correção monetária desde a data de vencimento da obrigação, nos termos do art. 205, § 3º, Lei 6.404/76, e juros de mora desde a citação.**

**1.3.2. No caso das ações convertidas em perdas e danos, é devido o pagamento de dividendos desde a data em que as ações deveriam ter sido subscritas, até a data do trânsito em julgado do processo de conhecimento, incidindo juros de mora e correção monetária segundo os critérios do item anterior.**

**1.4. Ressalva da manutenção de critérios diversos nas hipóteses de coisa julgada.**

**2. Caso concreto: 2.1. Recurso Especial de BRASIL TELECOM S/A: Ausência de indicação do dispositivo de lei federal que fundamenta a alegada divergência jurisprudencial, o que atrai a incidência do óbice da Súmula 284/STF.**

**2.2. Recurso Especial de SÉRGIO MARQUES ASSESSORIA**

*IMOBILIÁRIA LTDA: 2.2.1. Inocorrência de maltrato ao art. 535 do CPC quando o acórdão recorrido, ainda que de forma sucinta, aprecia com clareza as questões essenciais ao julgamento da lide. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos deduzidos pelas partes.*

*2.2.2. Ausência de indicação do dispositivo de lei federal que fundamenta a alegada divergência jurisprudencial no que tange à questão da legitimidade ativa. Óbice da Súmula 284/STF.*

*2.2.3. 'Nos contratos de participação financeira para a aquisição de linha telefônica, o Valor Patrimonial da Ação (VPA) é apurado com base no balancete do mês da integralização' (Súmula 371/STJ).*

*2.2.4. Aplicação do item 1.2 ao caso concreto.*

*2.2.5. Aplicação do item 1.3.2. ao caso concreto.*

*2.2.6. Carência de interesse recursal no que tange ao critério de arbitramento dos honorários advocatícios, devido à sucumbência recíproca.*

*3. RECURSO ESPECIAL DE BRASIL TELECOM S/A NÃO CONHECIDO E RECURSO ESPECIAL DE SÉRGIO MARQUES ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, PARCIALMENTE PROVIDO."*

Nesse contexto, constata-se que o v. acórdão recorrido está em dissonância ao entendimento desta Corte, firmada em representativo da controvérsia, REsp 1.301.989/RS, no sentido de que é devido o pagamento de dividendos até a data do trânsito em julgado do processo de conhecimento.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial, a fim de determinar que, no cálculo da indenização devida, sejam considerados os dividendos até a data do trânsito em julgado do processo de conhecimento.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator